

1

Introdução

A implementação de políticas de ação afirmativa é um fato recente no Brasil, que vem se consolidando nos setores público e privado, principalmente no campo da educação superior e do mercado de trabalho, embora ainda de forma retraída. Ao considerar que a política afirmativa é uma questão relevante, e algumas das experiências desenvolvidas no país têm caráter pioneiro e original, busco, nesta tese, conhecer não só a gênese do programa afirmativo desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como também a trajetória universitária e os impactos vivenciados pelos seus ex-alunos.

O interesse e escolha do meu objeto de investigação decorreram, especialmente, de duas razões: primeiro, pela minha experiência profissional como docente, o que me permitiu vivenciar um processo de consolidação de uma política afirmativa voltada para inclusão de alunos pobres e negros nos bancos universitários da PUC-Rio. Segundo, porque o programa desenvolvido nessa Universidade se insere no debate sobre a ação afirmativa como uma das primeiras instituições privadas de educação superior a implementar uma política de inclusão de alunos negros e /ou oriundos de classes populares.

A relação com o tema começou com o meu retorno ao departamento de Serviço Social da PUC-Rio, no ano de 1996, como pesquisadora e, depois, como professora. Inicialmente, me surpreendi com o novo perfil dos alunos, bastante diferente dos tempos da minha graduação, na mesma universidade e no mesmo departamento. Entretanto, rapidamente me inseri nesse novo projeto político e como dizem, “vesti a camisa”. A atuação como pesquisadora fazia parte do projeto da graduação, voltado para a formação profissional de estudantes oriundos de grupos populares. O projeto desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social estava vinculado a um programa social da Universidade que, a partir de 1994, começou a destinar uma parcela de suas bolsas especialmente para alunos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). No ano em que fui contratada, o projeto já havia sido implementado e estava em fase de consolidação. Era um trabalho difícil, com poucos professores e colaboradores para atender e entender tantas demandas. Havia o aluno que desmaiava na sala de aula porque passava fome, havia o aluno que precisava de estágio remunerado para sobreviver na

universidade, havia o aluno que não tinha como comprar o livro exigido pelo professor, havia o professor que não queria dar aula para uma determinada turma. Mas também havia o aluno que tinha uma noção de pertencimento racial e social, havia o aluno com preocupação social, era um aluno articulado; quer dizer, era um aluno diferente dos padrões universitários brasileiros. Assim, com tantas demandas e problemas a serem resolvidos, tornava-se quase impossível parar para refletir sobre o programa: era preciso, praticamente, trabalhar e trabalhar. Como testemunham a Prof.^a Luiza Helena Ermel, Diretora do Departamento de Serviço Social, e o Vice-Reitor Comunitário, Augusto Sampaio: “não se tinha noção no que aquele projeto ia dar”.

Muitas vezes me foi dito, pela professora Arlete Alves Lima, hoje aposentada, uma importante precursora deste projeto no Departamento de Serviço Social, que tínhamos que escrever sobre a experiência. Porém, o tempo para refletir e escrever era pouco. Essa necessidade tornou-se ainda mais evidente quando participei do curso de especialização em Direitos Humanos, promovido pelo Instituto Cândido Mendes. Durante as aulas, pude ouvir que a experiência da PUC-Rio era pioneira no campo da ação afirmativa, um conceito praticamente desconhecido da Universidade, inclusive por mim. O tempo passava e parecia que a professora Arlete continuava falando ao pé do meu ouvido. Até que surgiu a necessidade de fazer o meu doutoramento e, então, pensei: “chegou a hora de discorrer sobre essa experiência da PUC-Rio”.

O meu projeto de doutorado nasce nesse contexto: as constatações da necessidade de ampliar os estudos relativos à temática das ações afirmativas; o reconhecimento da importância do programa desenvolvido pela PUC-Rio; e o compromisso assumido com esse projeto social. Estas foram as razões que me impulsionaram a estudar esse programa, especialmente no que se refere a sua gênese e aos impactos dele vividos pelos ex-alunos bolsistas.

Tendo em vista o tema central deste estudo, políticas afirmativas, o ponto de partida teórico desta tese foi construído a partir de três aspectos que são fundamentais para o entendimento da questão: as políticas afirmativas no Brasil, a questão das desigualdades sociais e a atuação dos novos movimentos sociais. Seguindo essa orientação, parti da seguinte hipótese: as ações afirmativas surgem como uma alternativa política designada a atender a demandas de grupos sociais específicos, que atuam como organizações da sociedade civil. A partir do

momento em que opto por estabelecer uma relação causal entre demandas de ação específica de movimentos sociais nas suas propostas de ação afirmativa em uma universidade católica, mostrarei como fatores importantes convergiram para a implantação e consolidação de um programa de êxito no que concerne à inclusão social de segmentos que jamais sonharam em freqüentar o *campus* da PUC.

Entretanto, para empreender essa análise, foi preciso considerar algumas das questões que foram postas na agenda pública, tanto nacional quanto internacionalmente. Assim, políticas de viés afirmativo são uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, entre outros, por direitos coletivos e culturais. Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Dessa forma, o movimento das mulheres tem lutado pelo direito a participar de forma mais efetiva da vida política; o movimento negro vem exigindo a inclusão de seu grupo em espaços públicos, como escola e trabalho; o movimento dos homossexuais luta pelo reconhecimento da sua identidade, dentre outros. Portanto, houve uma mudança no campo das reivindicações sociais a partir da atuação dos novos movimentos sociais. O foco central deixou de ser alusivo apenas à esfera econômica, abrangendo outros aspectos, como as desigualdades culturais, sexuais ou raciais.

Agora, são novas exigências que fazem surgir outra concepção de igualdade. A partir daí, emerge a noção de uma igualdade material ou substancial, que questiona os aspectos da desigualdade, em uma perspectiva que vai além da igualdade formal, como comenta Joaquim Barbosa (2003). Sob esse novo prisma, seria “uma noção ‘dinâmica’, ‘militante’ de igualdade, na qual, necessariamente, seriam devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante (...)”, como prossegue o autor (p. 19). Esses novos sujeitos sociais, como as mulheres, negros ou deficientes físicos passam a exigir respostas para suas condições de desigualdade, que precisam ser reconhecidas e reparadas. Uma das alternativas que surgem frente às novas demandas dos “indivíduos especificados” é a política de ação afirmativa.

As políticas afirmativas, também conhecidas como políticas de reconhecimento, devido à consideração da diferença vêm recebendo algumas críticas. Parte da sociedade desconsidera a eficiência dessa política, valorizando as políticas de redistribuição, que é, no campo das políticas públicas brasileiras, uma tradição. A esse respeito, o estudo de Nancy Fraser (2001) oferece importante contribuição, ao considerar que este é um verdadeiro dilema contemporâneo e que não é imaginável existir uma única alternativa política que possa responder a tantas desigualdades sociais.

Tendo em vista estarmos tratando de um tema que ainda é pouco conhecido e, ao mesmo tempo, tão novo no Brasil, procuramos abordar, no segundo ponto analisado desta tese, algumas importantes experiências de políticas afirmativas desenvolvidas no mundo e, mais especificamente, no nosso país. A ênfase dada nesta abordagem se deu no sentido do reconhecimento do caráter singular e original da experiência brasileira. Esta singularidade, entre algumas experiências, pode ser identificada na atuação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, um movimento social que luta pela inclusão de negros e pobres nas universidades brasileiras e que começou com a política afirmativa desenvolvida na PUC-Rio.

Algumas políticas de viés afirmativo vêm se consolidando, principalmente ao longo da última década. Porém, quando se menciona algo sobre o tema, as políticas de cotas raciais e sociais das universidades públicas brasileiras têm sido a principal referência. Entretanto, uma experiência igualmente relevante no campo da educação superior, implementada anteriormente à discussão sobre as políticas de cotas raciais nas universidades públicas, foi o programa desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, experiência esta nascida no ano de 1994 e que é, ainda, pouco analisada.

O programa da PUC-Rio, objeto de estudo desta tese, nasceu a partir da atuação de diversas organizações da sociedade civil, de professores universitários e de militantes preocupados com a exclusão dos negros e pobres das universidades. Veremos que foi através de várias articulações que esse programa acabou sendo implementado como um programa afirmativo numa universidade católica reconhecida como formadora de estudantes da elite do país. E a principal organização da sociedade civil responsável pela elaboração da proposta foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), então dirigido por Frei David. O PVNC é um pré-vestibular popular que tem como finalidade a capacitação de

estudantes para concorrer ao vestibular, e, também, a formação de sujeitos comprometidos com as questões sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais e que sejam agentes da transformação social.

O programa de inclusão de estudantes negros e pobres, desenvolvido na PUC-Rio, nasce, assim, sob várias influências, principalmente de organizações católicas, mas também teve a cooperação de vários adeptos, sujeitos da própria Universidade ou de fora dela. No que se refere à gênese propriamente dita, alguns atores foram identificados como principais protagonistas do processo, e que vão mostrar, através de seus depoimentos, um pouco dessa história.

Além dos gestores, foi destacado nesta pesquisa o papel de alguns alunos beneficiários do programa, igualmente protagonistas dessa história. A trajetória universitária vivida pelos alunos bolsistas de ação social na PUC-Rio é uma importante referência no campo das políticas de ação afirmativa, principalmente por serem porta-vozes de uma experiência pioneira no campo da educação superior. Como os próprios alunos dizem, foi uma trajetória marcada por “bons e maus momentos”. Dessa forma, não se poderia analisar a gênese e a implantação do programa sem incluir a outra ponta, seus beneficiários, para observar o impacto que as políticas de ação afirmativa podem representar quando se consegue fazer uma intervenção direta na estrutura desigual do acesso ao Ensino Superior.

Nota metodológica

Tomando como objeto de investigação o estudo acerca do processo constitutivo dessa nova política e a vivência dos ex-alunos, apresentarei, a seguir, como propus, viabilizar essa pesquisa a partir de algumas questões e hipóteses.

O presente estudo buscou responder a algumas questões pertinentes à política afirmativa desenvolvida na PUC-Rio. Quanto à origem do programa, os pontos prioritários foram: quais foram os principais implementadores, como se deu a gênese da política afirmativa e quais foram os motivos que levaram esses gestores a participarem da constituição da ação afirmativa na Universidade. No que se refere à vivência dos ex-alunos bolsistas de ação social do programa, o que se procurou conhecer foram os principais impactos vividos por eles durante a vida acadêmica e depois de formados.

Procurando responder a essas questões, parti das seguintes hipóteses: a) o projeto de ação afirmativa da PUC-Rio se configurou a partir da articulação e influência de diversos segmentos da sociedade civil com diferentes atores da Universidade, e não como uma ação isolada de cunho genuinamente religioso-caritativo; b) a inserção de estudantes negros e pobres, através das ações afirmativas, pressupõe situações de enfrentamento, provocadas, sobretudo, por diferenças econômicas, sociais e culturais, o que expõe a reprodução de padrões realizada nas universidades, em especial dos padrões de extrema desigualdade da sociedade brasileira.

A pesquisa qualitativa foi escolhida porque nos permitiu trabalhar com o “universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, p. 22). Devido à intenção de se compreenderem as motivações dos gestores e os sentimentos dos beneficiários das políticas da Universidade, a pesquisa qualitativa se apresentou como o melhor recurso metodológico para entender a complexidade desse momento.

Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, que se caracteriza por permitir que o entrevistado fale com liberdade sobre o assunto, sem perder o enfoque na temática proposta, conseguido com os roteiros aplicados em todas as entrevistas. Foram utilizadas duas entrevistas: a primeira dirigida aos implementadores e elaboradores da política (apêndice A) e a outra aos ex-alunos (apêndice B), conforme as seguintes especificações:

- a) O grupo dos implementadores e elaboradores da política de ação afirmativa.

No que se refere à gênese da política da PUC-Rio, foram considerados como protagonistas dessa narrativa alguns implementadores e elaboradores do programa. A distinção a ser feita entre elaboradores e implementadores desse programa foi uma tarefa complexa, partindo-se da premissa de que o elaborador de política não é, necessariamente, seu implementador e vice-versa. Entretanto, esta questão foi esclarecida nos próprios depoimentos,

que mostraram que ambas as funções se cruzavam, pois os elaboradores de política também fizeram parte do processo de implementação e de sua gestão.

A seleção das pessoas a serem entrevistadas foi feita a partir de dois critérios:

- Por serem reconhecidos pelos movimentos sociais, pela Universidade, pela mídia e, nos registros acadêmicos, como os principais responsáveis pela política desenvolvida na PUC;
- Por estarem até, a presente data, envolvidos diretamente com o programa.

Seguindo esses critérios, foram selecionados os principais representantes do processo de idealização e implementação do programa da PUC: Frei David Santos, OFM; Padre Jesus Hortal, S.J.; Professor Augusto Sampaio e Professora Luiza Helena Nunes Ermel¹.

- b) Grupo de alunos oriundos dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, pré-vestibulares comunitários e lideranças comunitárias que estudaram e completaram seus estudos.

Com relação aos alunos, optou-se por selecionar uma amostra representativa desse grupo. A seleção se baseou em duas fontes distintas: a primeira lista foi a do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro², onde constavam os nomes dos ex-alunos participantes do

¹ Frei David Santos, OFM (franciscano responsável pela criação e consolidação dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes no Rio de Janeiro e atual diretor-executivo da Educafro); Padre Jesus Hortal, S.J. (Reitor e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Professor Augusto Sampaio (Vice-Reitor Comunitário e professor da PUC-Rio) e Professora Luiza Helena Nunes Ermel (Diretora e professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

² Consta da listagem do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Dia 13/5/2005, ano XXIX, nº 86, p. 53 e 54) o nome dos ex-alunos bolsistas de ação social formados pela PUC-Rio. Esse material foi produzido por causa da comemoração dos 10 anos de projeto da PUC. A comemoração foi realizada em dois momentos: no campus da universidade e na Câmara dos Vereadores, quando foi entregue à PUC-Rio, a ex-alunos, professores e funcionários que haviam participado do projeto, pelo Vereador Edson Santos, a moção de congratulação pelo trabalho desenvolvido, há uma década, para a promoção e inclusão social de negros e carentes no ensino superior. Como a universidade não possuía uma lista nominal específica dos alunos bolsistas de ação social, um grupo de ex-alunos realizou o levantamento dos estudantes oriundos do PVNC ou de outros pré-vestibulares comunitários que tivessem concluído a graduação na PUC. Esse trabalho foi proposto pela professora Luiza Helena Nunes Ermel e realizado sob a coordenação de

programa da PUC-Rio. A segunda lista foi cedida pela Vice-Reitoria Comunitária e continha os seguintes dados: nome completo do aluno, número de matrícula e o curso escolhido. A partir do cruzamento desses dados, fizemos um novo mapeamento, organizando os ex-alunos por curso e ano de matrícula (apêndice C). O período entre 1993 e 2001 (a data se refere ao ano de matrícula do aluno) foi escolhido por duas razões: por marcar o início do programa e para selecionar exclusivamente alunos concluintes, que deveriam ter se matriculado até o ano de 2001. Ao selecionar indivíduos além do ano proposto (2001), corria-se o risco de entrevistar alunos que ainda não tinham concluído a faculdade.

Os alunos entrevistados foram escolhidos seguindo alguns critérios:

Primeiro critério: o número de alunos entrevistados foi determinado pelo quantitativo de alunos de cada departamento, uma média de 10% durante o período estudado de 1993 a 2001 (apêndice C). Sendo assim:

- Departamento de Serviço Social teve, durante o período estudado, uma média de 100 alunos matriculados. Dez alunos foram entrevistados;
- Departamentos de Direito e Pedagogia tiveram mais de quinze alunos bolsistas. Dois alunos foram entrevistados por cada departamento;
- Departamentos de Informática, Geografia, Ciências Sociais, História e Letras tiveram menos de quinze alunos bolsistas. Um aluno foi entrevistado por cada departamento;

dois ex-alunos: Márcio Flavio e Simone, oriundos do PVNC de Nova Campina e alunos da primeira turma do projeto da PUC. O levantamento levou três meses para ser concluído, sendo iniciado em 2004 e terminado em 2005. Conforme relatado em encontro realizado com os dois coordenadores do trabalho, a metodologia escolhida para a elaboração do mapeamento foi a seguinte: “adotamos o sistema de fazer reunião de 15 em 15 dias. (...) Nessas reuniões, a gente tentava convocar pessoas da antiguidade, os primeiros alunos que entraram aqui na PUC. Era mais fácil identificar através da memória do que pelo que estava escrito. Muitos colegas nossos tinham apelido, então só poucas pessoas conheciam o sobrenome. Não sabia o nome completo do Cadu. (...) Ou seja, nessas reuniões basicamente vinham outros ex-alunos que davam sua colaboração. “Existe fulano de tal, eu sei onde ele mora”. Foi uma espécie de corrente; foram ajudando assim. Lembrava de um nome, aí a gente entrava em contato com essa pessoa. Essa pessoa vinha e lembrava de outro nome. Foram várias reuniões, não foram poucas, não. Vamos dizer que os espaços de articulação foram as reuniões com ex-alunos feitas na PUC, e-mails e assembléias do PVNC” (Márcio Flávio).

- Os departamentos que, durante o período estudado, tiveram menos de cinco alunos bolsistas não fizeram parte da pesquisa.

Segundo critério: tendo em vista uma maior concentração de alunos bolsistas de ação social nos anos de 1997 a 2001, optamos por realizar um número maior de entrevistas para esse período e um número menor de entrevistas para o período de 1993 a 1996. Desta forma:

- Entre os anos de 1993 e 1996, foram realizadas 5 entrevistas, devido ao reduzido número de alunos bolsistas de ação social;
- Entre os anos de 1997 e 2001, foram realizadas 14 entrevistas para atender ao maior número de alunos bolsistas neste período.

Seguindo os critérios estabelecidos acima, selecionamos, através de sorteio, dezenove entrevistas no total (apêndice D). Entretanto, só foi possível realizar dezoito entrevistas, por causa de dificuldades de realizar o encontro e posterior desistência.

A tese ora apresentada está organizada em quatro capítulos. No primeiro, foram apresentados alguns pontos imprescindíveis na discussão das ações afirmativas, destacando-se a questão das desigualdades sociais e a necessidade de buscar caminhos políticos de superação dessa situação. Ainda no caminho da busca por alternativas que possam alterar o quadro das desigualdades sociais brasileiras, as propostas de viés afirmativo vêm aparecendo no cenário nacional. Entretanto, esta é uma questão que tem provocado alguns embates, entre uma perspectiva política pautadas no reconhecimento e outra mais voltada para a redistribuição. Pode parecer um simples antagonismo, mas a situação é bem mais complexa. Na verdade, estamos de frente a um grande desafio: encontrar propostas políticas capazes de responder a uma multiplicidade de situações de carências culturais, sociais e econômicas da atualidade. No segundo capítulo, procuro situar a questão das políticas de ação afirmativa propriamente dita, trazendo um pouco da trajetória histórica, suas características e fundamentos, mas, especialmente, apresentando a gênese da políticas afirmativa no Brasil e algumas das singularidades dessas experiências. No terceiro capítulo, apresentarei a experiência do PVNC e seu protagonismo no campo das políticas afirmativas na

esfera da educação superior, dando especial destaque para o programa desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que nasce de uma parceria com esse movimento social. Nesse capítulo, também apresento a gênese da política afirmativa desenvolvida na PUC-Rio, uma análise feita a partir do depoimento de seus principais implementadores e elaboradores. Finalmente, constitui o quarto capítulo uma parte teórica referente à questão das relações de alteridade, que subsidiará a análise dos resultados das entrevistas realizadas com os ex-alunos do programa. Tais depoimentos mostram os impactos vividos por esses alunos durante e após sua inserção no programa da PUC-Rio e, de forma mais específica, como se estabeleceu a relação entre o aluno beneficiário de uma ação afirmativa e o aluno tradicional desta Universidade.

Espera-se mostrar um pouco da riqueza e complexidade de um programa cujo êxito ocorreu devido a uma diversidade de motivações, valores e utopias, cujo norte foi a preocupação de propiciar a oportunidade de modificar, de maneira factível, a composição do alunado da PUC, tornando o *campus* mais diverso e realizando o acesso ao Ensino Superior de centenas de alunos provenientes dos extratos populares do Rio de Janeiro.